Aos treze dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às 14h30, foi realizada de forma híbrida a 33ª Reunião Ordinária do CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – CEES-PR, no endereço: Rua Inácio Lustosa, 700 – São Francisco, Edifício do PARANAPREVIDÊNCIA – 80510-000 – Curitiba – PR, e também através do *link*: meet.google.com/zfv-batc-rgn. Estavam presentes os conselheiros: Suelen Glinski Rosa, da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda (SETR); Rodriano de Souza, da Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social (SUDIS); Ana Raquel de Oliveira Alves, da Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento (SEAB); Lucas Paulatti Kassar, da Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver; Alexandra Peixoto Ferreira, suplente da Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver; Cleide Oberle, da Marreclê Crochê; Eunice Rosa da Silva, suplente da Marreclê Crochê; Thaise Francielle de Sousa Roth, do Instituto Se Faz; Jôsi Maria Bervian, da Associação Coletivo de Convivências Agroecológicas – CCA; Luana Lustosa Rodrigues, suplente da Associação Coletivo de Convivências Agroecológicas – CCA; Jacson Paulo Tessaro, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP-UFPR e Jesiê Reinert, do Centro de Formação Urbano e Rural Irmã Araujo – CEFURIA. Participaram como convidados: Victor Hugo Ribeiro Florentino dos Santos, da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda (SETR); Luis Alves Pequeno, Coordenador do Programa de Formação Paul Singer; Elza Silvério de Almeida, Agente do Programa de Formação Paul Singer; Fabio Rodrigues Andrade, da Rede Girassol; Edna Mara Tozetti, do Instituto O Pai me Adotou, Edson Santiago Mariano, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação da Prefeitura de Curitiba e Matheus José Gonçalez da Silva, da SETR. A reunião foi iniciada com a verificação dos conselheiros presentes e, após constatado haver quórum, passou-se ao primeiro item da pauta, a respeito da ata da 32ª Reunião Ordinária, a qual foi aprovada. Em seguida, foi introduzido o segundo item da pauta, sobre a inexistência de rotatividade na Presidência do CEES. A palavra foi dada ao Dr. Victor, Assessor Técnico da SETR, que fez uma explanação sobre o Decreto 4.886 de 2024, que estabelece a Presidência ao Secretário de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda. Tal decreto alterou o Decreto 3.932 de 2020, que regulamenta a Política Estadual de Economia Solidária e o Conselho Estadual de Economia Solidária. Segundo ele, o CEES não é o único conselho estadual a seguir este formato, citando como um exemplo o Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (CONFECON) que também teria o Secretário de Estado da Justiça e Cidadania como Presidente, havendo também alguns outros, principalmente os conselhos estaduais que não possuem fundos. A publicação do referido decreto teria sido uma decisão de Governo, uma vez que um decreto é exarado pelo Governador do Estado, e a alteração desta forma de organização só seria possível através de um novo decreto. As negociações que levaram à elaboração do referido decreto não foram acompanhadas pelos servidores atuais da SETR, pois ocorreram na gestão do Secretário anterior. Para a promulgação de um decreto que altere esta forma de organização do CEES, seria necessária articular politicamente com a Casa Civil, órgão responsável por aprovar e publicar decretos do Governador do Estado. Questionado sobre a legalidade do Decreto 4.886, Dr. Victor consultou a legislação e afirmou que a lei que dispõe sobre a Política Estadual de Economia Solidária não estabelece a alternância da presidência do CEES, cabendo isto ao decreto que a

regulamenta, estando portanto dentro da legalidade. Questionado se houve reações por parte da sociedade civil em outros conselhos que não possuem rotatividade na presidência, Dr. Victor afirmou desconhecer qualquer caso relacionado a isto. Jacson relembrou que as atribuições da Presidência e Vice-Presidência dos conselhos são meramente administrativas e relativas à organização destes, não afetando a execução das políticas públicas por parte do estado. Disse que com a alteração dos conselheiros representantes do governo e da sociedade civil nesta nova gestão, o contexto político em que houve o fim da alternância não está mais presente. Caberia restabelecê-la tendo em vista a necessidade de que a Presidência represente o CEES em eventos, sugira pautas e participe de Comissões de Trabalho. Suelen concordou que este é um novo momento, reforçou que a SETR está com um olhar diferenciado para a política, exemplificando com a construção das etapas regionais e estadual da Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária (CONAES) e reiterou todos os esforços que fez quando assumiu o Conselho para que houvesse participação de todos inclusive na etapa nacional, com pagamento de hospedagem com recursos do Estado do Paraná, ainda que não haja fundos destinados especificamente à Economia Solidária. Dr. Victor concordou que as atribuições da Presidência são meramente administrativas e afirmou que a revogação do Decreto 4.886 pode ser construída junto à Casa Civil do Estado, devendo ser elaborado um novo decreto para revogá-lo, eventualmente incluindo outros pontos que se deseje alterar na regulamentação das políticas estaduais de economia solidária. Suelen afirmou que conversaria com o Secretário da SETR para que fosse feita uma consulta à Casa Civil e verificar os motivos da promulgação do Decreto 4.886 e as possibilidades de alteração. Seguindo com a pauta, Suelen introduziu o terceiro item, a respeito das Comissões de Trabalho que haviam sido criadas logo no início da fundação do CEES: Comissão de Trabalho Institucional, Comissão de Trabalho de Mapeamento, Cadastro e Certificação e Comissão de Trabalho de Formação. Em sua opinião, a Comissão de Trabalho do Plano Estadual de Economia Solidária, criada na reunião anterior, abrangeria todas as antigas comissões, não havendo necessidade da continuidade destas, considerando também que elas não estavam efetivamente funcionando. Rodriano reiterou também que a Comissão de Cadastro e Informação do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) foi criada posteriormente e passou a funcionar após disponibilização do sistema pelo Governo Federal, não havendo mais propósito em manter a Comissão de Trabalho de Mapeamento, Cadastro e Certificação, que fora criada anteriormente visando executar trabalho semelhante. Assim, deliberou-se pela extinção dos seguintes Grupos Temáticos: Comissão de Trabalho Institucional; Comissão de Trabalho de Mapeamento, Cadastro e Certificação; Comissão de Trabalho de Qualificação. Suelen acrescentou que as duas comissões criadas na reunião anterior (Plano Estadual de Economia Solidária e Diálogo Interconselhos) já estavam formalmente estabelecidas com publicação em diário oficial, sugerindo que se tentasse fazer suas reuniões no dia anterior ao dia programado para reunião do conselho, aproveitando a vinda dos conselheiros do interior do estado para suas realizações, assim que estes tenham os seus cartões corporativos. Jacson ponderou que a utilização de dois dias para reuniões poderia ser cansativo e difícil de conciliar com outras agendas de cada conselheiro, considerando que alguns estavam participando das duas Comissões de

Trabalho. Suelen disse que isso poderia ser ajustado para que ocorressem todas no mesmo dia. Lucas sugeriu que cada Comissão de Trabalho tivesse sua própria agenda e acrescentou que seria interessante que se abrisse as inscrições para participação nas comissões para as pessoas que não estavam presentes na reunião anterior. Também pediu para retirar a participação da Associação Utopia de Produtos e Serviços para o Bem Viver da Comissão de Trabalho de Diálogo Interconselhos, tendo em vista a sua inclusão ter se dado devido à necessidade que havia de se ter representação de empreendimentos econômicos solidários, porém tal situação foi resolvida com a adesão do Instituto Se Faz. Ana Raquel então pediu para que a SEAB fosse incluída na Comissão de Trabalho de Plano Estadual de Economia Solidária. Deste modo, deliberou-se que uma nova publicação seria feita com as novas composições das Comissões de Trabalho. Seguindo com a pauta, entrando agora no item que tratava do calendário de reuniões de 2026, Suelen questionou se havia alguém que ainda não havia cadastrado senha no Banco do Brasil para recebimento do cartão corporativo. Afirmou que somente após todos serem entregues seria possível o estabelecimento do calendário, por ser necessária a inclusão das reuniões descentralizadas previstas em regimento. Jacson sugeriu que a Comissão de Trabalho de Diálogo Interconselhos pudesse auxiliar na decisão sobre onde seriam feitas as reuniões descentralizadas. Rodriano concordou e acrescentou que é necessário o contato com entidades locais para que fossem realizadas mostras de economia solidária nas cidades em que ocorrerem as reuniões descentralizadas. Jôsi disse então que o litoral do Paraná estava se preparando para receber o CEES, sugerindo que a primeira reunião descentralizada ocorresse em maio em Matinhos. Este município havia acabado de sancionar sua lei de economia solidária e em maio seria possível organizar um Fórum Regional para articular a economia solidária. Também o seu conselho municipal, previsto em lei, ainda não havia sido instituído, sendo uma forma de incentivar a nomeação dos conselheiros. Seria possível conseguir um espaço para realização com certa facilidade junto à Universidade Federal do Paraná, na segunda ou terceira semana de maio. Tal sugestão foi aceita pelos demais conselheiros, ficando deliberada a realização da referida reunião em maio. Seguindo com a pauta, a palavra foi dada a Lucas, membro da Coordenação do Fórum Paranaense de Economia Solidária (FPES), para que fizesse um repasse de informações sobre as atividades recentes que estavam ocorrendo no referido fórum. Ele disse que neste momento estavam ocorrendo reuniões quinzenais da Coordenação do FPES visando pensar novas formas de articulação e organização de Fóruns Regionais, além da elaboração de um novo regimento interno da entidade. Sugeriu que o FPES poderia contribuir na elaboração do Plano Estadual de Economia Solidária, tendo em vista ser um espaço de articulação para os que têm envolvimento com a economia solidária no estado. Em seguida, adentrou no sexto item da pauta, sobre o Centro Público de Economia Solidária e Criativa em Curitiba. Disse que esta era uma pauta que já estava sendo construída coletivamente no âmbito municipal e que agora seria importante a participação de mais empreendimentos e entidades de apoio e fomento, inclusive de outras cidades do estado, tendo em vista o projeto agora estar em discussão no âmbito estadual com o diálogo entre ITCP-UFPR, SETR e SUDIS. Assim, seria importante o debate coletivo sobre o acesso aos recursos e a construção do projeto. Thaise, também membro da coordenação do FPES, complementou dizendo ser

importante esse fluxo de informações entre os formuladores de políticas públicas e os potenciais usuários, a fim de que haja amplo acesso dos cidadãos afetados. Também sugeriu que essa política de Centros Públicos possa ser ampliada a outras regiões do estado, principalmente àquelas que estão com suas políticas municipais sendo desestruturadas. Suelen pediu a palavra e disse então que, conforme deliberação da última reunião, foi feita uma consulta, através de ofício, à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP) sobre a disponibilidade de imóveis que possam atender essa demanda. A resposta ainda não havia chegado e, por sugestão da Assessoria Técnica da SETR, seria incluída também na pesquisa os imóveis da União. Havendo algum imóvel disponível, seria verificada a viabilidade de uso em relação a espaço, localização e adequação do imóvel, com todas as etapas e projetos a serem desenvolvidos, formas de participação e atividades sendo debatidos no CEES. Rodriano complementou que as discussões seriam conduzidas no CEES com participação da Prefeitura de Curitiba e da ITCP-UFPR da forma mais democrática e transparente possível. Encerrado este assunto, passou-se ao sétimo item da pauta, incluído a pedido de Jacson, que solicitou a palavra para tratar da Comissão de Trabalho do Plano Estadual de Economia Solidária. Colocou em tela um esboço que realizou para este Plano, compartilhado previamente em grupo de *WhatsApp*, apresentando uma pequena explicação sobre o material e a estrutura utilizada. Destacou que se trata de algo a ser construído em conjunto e ser importante haver essa iniciativa para que haja diretrizes do que se deseja alcançar durante o mandato atual dos conselheiros. Também disse não se tratar de algo exclusivo do CEES na execução, mas do Estado do Paraná, e que suas propostas deveriam se basear no que havia sido aprovado na Etapa Estadual da 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária (CONAES), conforme exemplificado nas metas estabelecidas no esboço, para que não se perdesse o trabalho efetuado na conferência que visava justamente a construção de propostas de políticas públicas. Ressaltou que o Plano deve ser elaborado com amplo diálogo entre todos os envolvidos, a fim de garantir a viabilidade de sua execução e garantir consenso entre os vários atores, ainda que haja visões políticas diferentes. Por fim, sugeriu que na primeira reunião da Comissão de Trabalho, o Plano fosse dividido em partes, as quais seriam atribuídas a diferentes membros para elaboração do documento. Rodriano e Suelen destacaram ser um grande avanço a construção deste Plano, sendo algo necessário desde a criação do CEES e que estava finalmente tomando forma nesta gestão. Lucas acrescentou ser importante haver ampla participação de representantes de Empreendimentos Econômicos Solidários para que as metas estabelecidas sejam aquelas que estes considerem ser importantes, uma vez que serão os usuários e principais afetados pelas políticas, podendo ser utilizado o Fórum Paranaense de Economia Solidária (FPES) bem como os fóruns regionais e municipais para isso. Ressaltou também ser importante verificar formas para que o Plano seja efetivamente executado e se torne algo concreto após sua elaboração. Thaise acrescentou ser importante que o Plano Estadual de Economia Solidária possa ser acessado em uma linguagem popular para que os usuários das possíveis políticas públicas possam se apropriar do que for estabelecido. Por fim, passou-se ao última item da pauta, a Comissão de Trabalho de Diálogo Interconselhos. Jacson relatou a situação de alguns municípios

com base em informações que obteve de pessoas envolvidas com o FPES de diversas regiões do Paraná. O conselho municipal de economia solidária de Colombo não estava funcionando devido à inação da Prefeitura Municipal em nomear seus conselheiros governamentais, estando a mais de um ano sem início das atividades. Em Londrina a situação era parecida. O conselho havia tomado posse em 2024 porém o poder público nunca havia convocado uma reunião. Apucarana e Maringá também estavam com seus conselhos desarticulados. Pinhais estava em processo de elaboração de uma lei municipal de economia solidária e Matinhos, após promulgação de sua lei de economia solidária, ainda não havia estabelecido conselho municipal de economia solidária e nem atribuído um órgão responsável por estas políticas. Jacson sugeriu, então, que se fizesse um reunião descentralizada em Maringá visando fomentar as políticas de economia solidária na região, bem como em Matinhos. Rodriano acrescentou que, apesar de tudo, essas eram regiões com alguma consolidação de políticas de economia solidária, dizendo ser também importante haver esse fomento onde há maior dificuldade de articulação com os órgãos governamentais, como nas regiões de Cascavel e Foz do Iguaçu, sendo possível mobilizar Empreendimentos Econômicos Solidários e Entidades de Apoio e Fomento nestes locais. Luis Pequeno afirmou que o Programa Paul Singer poderia auxiliar neste processo de mobilização e apresentou, a pedido, uma lista das cidades em que seus agentes estavam atuando no Paraná. Lucas pontuou que os conselheiros do interior do estado também poderiam ajudar neste processo nas cidades em que atuam. Suelen então afirmou que seria importante percorrer, nas reuniões descentralizadas, as grandes regiões do estado e abranger o maior número possível de cidades em cada viagem, convidando representantes de municípios vizinhos para participação, tendo em vista ser uma política que estava no início e ser necessário uma grande mobilização. Por fim, Jacson pediu que fosse acrescentado um último item à pauta, em relação às mostras de economia solidária. Sugeriu que fosse montado também um calendário de Mostras de Economia Solidária, alternando suas ocorrências entre o prédio do PARANAPREVIDÊNCIA e o Palácio das Araucárias. Suelen concordou e disse ser possível reservar os espaços e salas de reuniões para que essas mostras ocorram nos mesmos dias das reuniões, de modo que se propicie espaços de comercialização e posteriormente sejam feitas as reuniões do CEES, sendo viável realizá-las em ambos os locais. Para as reuniões descentralizadas, ficou também deliberado que se tentaria organizar mostras de economia solidária nos mesmos dias das reuniões, de modo a mobilizar os empreendimentos econômicos solidários locais. Rodriano sugeriu também que se fizesse mostras em outros espaços de órgãos governamentais. Citou as mostras que já eram realizadas na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e disse ser possível realizá-las em outras Secretarias com grande circulação de pessoas. Disse que faria um levantamento junto à Secretaria de Estado da Administração e Previdência para verificar locais com potencial e tentaria trazer as informações para a próxima reunião, na qual se elaboraria o calendário. Sem mais assuntos a serem tratados, a reunião foi encerrada e eu, Matheus José Gonçalez da Silva, lavrei a presente ata.